

## 14 REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADA

## Termo de Referência 1/2026

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
1/2026	160450-14 REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADA	GUILHERME ANDRADE BASTOS	08/04/2026 11:11 (v 0.17)
Status			
ASSINADO			

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
IV - concessão e permissão de uso de bens públicos/Concessão de uso de bens públicos		64683.002104/2026-47

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O objeto deste certame versa sobre cessão de uso, a título oneroso, de imóvel público jurisdicionado ao Comando Exército, conforme Laudo de Avaliação, destinada ao exercício de atividade de apoio, do tipo Cantina, visando disponibilizar o apoio aos integrantes do órgão.

1.2. A instalação de uma cantina no interior da Organização Militar contribui para a otimização do tempo de serviço, redução de deslocamentos desnecessários, melhoria das condições de trabalho, manutenção da higiene física do efetivo e preços acessíveis aos integrantes do órgão, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências, estabelecidas neste instrumento.

Nr	Descrição dos Itens	Valor de mercado local	Média Mil/sem	Valor Total Mensal
1	Salgados diversos	R\$ 10,00	2,0	R\$ 31.040,00
2	Sanduíche natural	R\$ 11,00	1,0	R\$ 17.072,00
3	Pastel	R\$ 8,00	2,0	R\$ 24.832,00
4	Biscoito recheado	R\$ 5,00	1,0	R\$ 7.760,00
5	Misto quente	R\$ 8,00	1,0	R\$ 12.416,00
6	Pão com queijo/presunto	R\$ 4,00	1,0	R\$ 6.208,00
7	Pão de queijo grande	R\$ 8,00	1,0	R\$ 12.416,00
8	Café c/ leite grande	R\$ 6,00	1,0	R\$ 9.312,00

9	Café c/ leite pequeno	R\$ 3,00	1,0	R\$ 4.656,00
10	Café pequeno	R\$ 3,00	2,0	R\$ 9.312,00
11	Toddynho	R\$ 5,00	0,5	R\$ 3.880,00
12	Refrigerante lata	R\$ 8,00	2,0	R\$ 24.832,00
13	Refrigerante 2L	R\$ 16,00	1,0	R\$ 24.832,00
14	X Salada	R\$ 17,00	1,0	R\$ 26.384,00
15	Suco caixa 1 L.	R\$ 10,00	0,2	R\$ 3.104,00
16	Pizza brotinho	R\$ 8,00	0,6	R\$ 7.449,60
17	Água garrafa 500ml	R\$ 3,00	0,6	R\$ 2.793,60
18	Dell Valle ou Iced Tea (garrafa) 1L.	R\$ 7,00	0,5	R\$ 5.432,00
19	Barra de cereal	R\$ 2,50	0,4	R\$ 1.552,00
20	Bolo caseiro (fatia)	R\$ 4,00	1,0	R\$ 6.208,00
21	Picolé da fruta	R\$ 3,00	0,3	R\$ 1.396,80
22	Doces pequenos em geral	R\$ 2,00	2,0	R\$ 6.208,00
23	Chocolate em barra grande	R\$ 12,00	0,5	R\$ 9.312,00
24	Espetinho	R\$ 10,00	0,5	R\$ 7.760,00
25	Chocolate quente grande	R\$ 8,00	0,2	R\$ 2.483,20
26	Gatorade	R\$ 7,00	0,2	R\$ 2.172,80
27	Energético	R\$ 16,00	1,0	R\$ 24.832,00
			TOTAL	<b>R\$ 295.656,00</b>

1.3. O serviço objeto desta licitação é caracterizado como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O prazo é prorrogável por até 10 anos, no prazo de vigência da cessão é de 12 meses contados da assinatura do termo forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### Sustentabilidade

4.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- 4.1.1 Que sejam usados produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados;
- 4.1.2 Que sejam adotadas medidas para evitar desperdício de água tratada;
- 4.1.3 Que seja observada a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994;
- 4.1.4 Que sejam fornecidos aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários;
- 4.1.5 Que seja realizado um programa interno de treinamento dos empregados da contratada;
- 4.1.6 Que seja feita a separação dos resíduos recicláveis, descartados pelos órgãos e entidades;
- 4.1.7 Que sejam respeitadas as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação;
- 4.1.8 Que seja prevista a destinação ambiental adequadas das pilhas e baterias usadas, inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

## **Subcontratação**

4.2 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual. A responsabilidade sempre será da prestadora de serviço registrada no Termo de Contratação da Cessão de Uso.

## **Garantia da contratação**

- 4.3. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.
- 4.4 Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.
- 4.5 A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.
- 4.6 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

## **Vistoria**

- 4.7. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à quinta-feira, das 10:00h às 11:30h e das 14:00h às 16:15h.
- 4.8. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.
- 4.9. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
  - 4.9.1. O agendamento deverá ser efetuado previamente pelo e-mail: [salc14rcmec@gmail.com](mailto:salc14rcmec@gmail.com)
- 4.10. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 4.11. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### Condições de execução

5.1 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 20 dias da assinatura do contrato.

5.1.2 O cessionário deverá alocar, as suas expensas e sob sua responsabilidade, todos os materiais necessários ao desempenho da atividade, como utensílios, mesas, e, cadeiras para acomodação dos clientes, entre outros.

5.1.3. O cessionário deverá manter o local da execução da atividade limpo e condições mínimas de higiene que garantam a segurança de todos os militares que utilizem os serviços.

### Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço:

14º Regimento de Cavalaria Mecanizado

<b>Avenida Willy Barth, 67, Bairro Progresso, em São Miguel do Oeste - SC, CEP 89900-000</b>
--

5.3. Os serviços serão prestados nos seguintes horários:

5.3.1. O horário de funcionamento da Cantina será das 08h às 17h, de segunda a quinta-feira, das 8h às 12h nas sextas-feiras.

5.3.2. Horários alternativos e extraordinários poderão ser combinados com Fiscal Administrativo, em razão de mudança do expediente do órgão, ou mesmo demandas extraordinárias em algumas épocas do ano.

### Rotinas a serem cumpridas

5.4. A execução contratual observará as rotinas do expediente administrativo do órgão.

5.5. O prestador observará os critérios de boas práticas dos da cantina elencados no item 6., do ETP.

### Materiais a serem disponibilizados

5.6. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, utensílios necessários e outro material, quando necessário, em decorrência de desgaste por uso ou avaria.

5.6.1 É de responsabilidade do contratado a aquisição de todos os equipamentos e utensílios.

### Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.7. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.7.1. O Valor mensal para a Cessão de Uso dos 56,85 m<sup>2</sup> de área será de **R\$ 2.869,11 (dois mil e oitocentos e sessenta e nove reais e onze centavos)**, já incluídos gastos com energia elétrica, e água e esgoto, estimados.

5.7.2 O efetivo do órgão corresponde a aproximadamente 600 (seiscentos) militares, e que foi estimada a adesão de até 80% do efetivo de cabos e soldados conforme página 5 do Laudo de Avaliação.

### Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.8. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

5.8.1 Assinatura do Termo de Contrato;

5.8.2. O Prestador terá até 20 dias para a instalação e início de funcionamento;

Procedimentos de transição e finalização do contrato.

5.8.3 O Fiscal da Contratação questionará ao Cessionário, com 90 dias de antecedência do vencimento da vigência contratual sobre o desejo da renovação do contrato, a ser analisado pelo Fiscal de Contrato e Gestor de Contratos do órgão.

5.8.4 Caso haja a aceitação pela renovação, será confeccionado Termo Aditivo, com valores atualizados e nova vigência, e atualização da garantia contratual.

5.8.5. Caso contrário, será informada a necessidade de nova contratação.

5.8.6. Entrega da instalação e devolução da garantia contratual.

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o cessionário devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do Termo de Cessão ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### Preposto

6.6. O cessionário designará formalmente o preposto da empresa, se for o caso, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. O cessionário deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período do contrato.

6.8. O cedente poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o designará outro para o exercício da atividade.

### Fiscalização

6.9. A execução do Termo de Cessão deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

### Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.11. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do Termo de Cessão todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.12. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

### Fiscalização Administrativa

6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do cessionário, o pagamento, as garantias, e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

### Gestor do Contrato

6.18. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de

serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.19. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.20. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do cessionário, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.21. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo cessionário, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.22. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.23. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.24. O gestor do contrato deve receber e dar encaminhamento imediato:

6.24.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto nº 12.174/2024;

6.24.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

## 7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Conforme o Art. 155 e 156 da Lei 14.133/2021, será aplicada a sanção da multa de **10% (dez por cento)** do valor do contrato, devido a alguma infração do contratado.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.4.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.4.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.5.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.5.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.5.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.5.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.5.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.8.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos

pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## 8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

8.1 A avaliação da execução do objeto será realizada pelo fiscal de contrato mensalmente, até o quinto dia útil de cada mês e emitido um relatório para acompanhamento dos serviços prestados pelo(a) contratado(a).

### Do recebimento

8.2 A licitação trata de cessão de uso para atividade de apoio, não existindo a situação de recebimento de bens ou serviços pela Administração.

### Liquidação

8.3. O Cessionário tem a obrigação de pagar a GRU conforme registro Termo de Contrato.

8.3.1. Na 1ª vigência contratual: R\$ 2197,08 referente à cessão da área, e R\$ 672,03, referente aos custos de Energia Elétrica, e Águas e Esgotos.

### Prazo de pagamento

8.4. as GRU terão validade até o 5º dia útil do mês subsequente ao mês de referência, via GRU a ser emitida pelo Setor Financeiro.

### Forma de pagamento

8.5. O pagamento será realizado através de GRU – Guia de Recolhimento da União – emitidos pela CEDENTE indicados pelo contratado.

**8.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como quitada a GRU.**

8.7. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.7.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.8. Em caso de atraso de pagamento devido pelo cessionário, os valores devidos ao órgão cedente devem ser atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, acrescendo-se ainda multa moratória.

## 9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O prestador de serviços para a atividade de apoio à Cantina, através Cessão de Uso, será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR GRUPO.

### Regime de execução

9.2. O regime de execução do contrato será Cessão de Uso onerosa conforme condições elencadas no ETP, neste documento, no Edital e no Termo de Contrato a ser firmado.

### Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### Habilitação jurídica

**9.4. Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**9.5. Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**9.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**9.7. Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

**9.8. Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**9.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária :** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

**9.10. Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

**9.11.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

**9.12.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas , conforme o caso;

**9.13.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**9.14.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**9.15.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

**9.16.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**9.17.** Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do prestador de serviços, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.18. Caso o prestador seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.19. O prestador enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Técnica**

9.20. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

9.21. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;

9.22. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

## **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1 Trata-se de licitação com expectativa de atendimento de necessidade administrativa do efetivo do órgão, por Cessão Uso onerosa.

10.2. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de **2.869,11 (dois mil e oitocentos e sessenta e nove reais e onze centavos)**, conforme custos de aluguel na operação .

## **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. Não é o caso, pois não haverá dispêndio de recursos públicos, por tratar-se de cessão de uso onerosa. Contratação em que haverá receita para a Administração.

## **12. DISPOSIÇÕES FINAIS**

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas *[exceto o custo estimado da contratação, que possui caráter sigiloso até o julgamento das propostas]*.

*São Miguel do Oeste, 25 de Fevereiro de 2026.*

---

GUILHERME ANDRADE BASTOS - 3º Sgt

## 13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

### 1 . FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o *prazo de 5 (cinco) dias*, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato *Nota de Empenho*, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133 /2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no *Edital*, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

### 2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, o futuro contratado declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

São Miguel do Oeste - SC, ..... de Fevereiro de 2026.

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

## 15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**GUILHERME ANDRADE BASTOS**

Membro da equipe de planejamento



*Assinou eletronicamente em 08/04/2026 às 11:11:02.*

**ILSON DE FREITAS JUNIOR**

Autoridade competente